



Após quase 20 anos, a publicação *Mapeamento de Riscos: Conceitos e Métodos Aplicados a Processos Geológicos e Hidrológicos* foi atualizada pela primeira vez. A ferramenta existe desde 2007 é a principal referência no país para gestão de risco em áreas urbanas

Segundo o diretor do Departamento de Mitigação e Prevenção de Risco do Ministério das Cidades, Rodolfo Moura, o próprio uso do manual por técnicos, pesquisadores e gestores municipais apontou a necessidade de uma evolução de alguns conceitos, mas a urgência climática e a chegada de um super El Niño aceleraram o processo.

“A gente correu para antecipar o lançamento do livro entendendo que ele já pode ser um instrumento novo para identificar as áreas críticas, mas principalmente as pessoas que estão em situação de risco”, diz.

O manual atualizado [está disponível online](#) e de forma gratuita. **Entre as mudanças em relação à versão anterior, a publicação trata de novos instrumentos tecnológicos para a gestão de risco e traz uma nova classificação, com foco nos riscos médio, alto e muito alto.**

“Deixamos de lado outras classificações, porque se o risco é baixo ou inexistente não merece uma classificação”, explica Moura.

Novos conceitos foram abordados na versão atualizada como a delimitação de setores de risco hidrológico, como inundação, enchente e enxurrada, e também a descrição de processos erosivos, como rolamento de rochas e terras caídas – fenômeno que ocorre no Norte do país.

De acordo com Rodolfo Moura, **a aplicação do manual permite que prefeituras façam o mapeamento das áreas de risco nos territórios e, a partir disso, elaborem seus planos municipais de redução de risco**. Essas medidas podem retirar milhares de pessoas de zonas de

risco de deslizamento, inundação e enxurrada no Brasil.

Em 2024, uma nota técnica publicada pela Casa Civil atualizou os números de municípios suscetíveis a deslizamentos de terras, alagamentos, enxurradas e inundações. São **1.942 cidades** que expõem quase 9 milhões de brasileiros a esses desastres.

Segundo Moura, o caminho para enfrentar o desafio de tirar essas pessoas das áreas de risco é exatamente implementar o que o manual prevê, com ações de antecipação, identificação de riscos, fortalecimento da resiliência e adaptação das cidades.

“É por meio desse instrumento de mapeamento de risco, dos mapas, planos municipais de redução de risco, que municípios e os governos estaduais acessam recursos para essas obras”, destaca.

Fonte: Agência Brasil, em 19.08.2026